

A AUTONOMIA DE UMA CIDADE MÉDIA SETE LAGOAS (MG)

MARLY NOGUEIRA*

Resumo

A complexidade atual da produção do espaço vem requerendo que análises mais esclarecedoras e profícuas sejam realizadas, sobretudo em razão da consideração dos agentes sociais dessa produção, suas estratégias e suas práticas. Tendo como exemplo empírico a cidade média de Sete Lagoas (MG), o presente artigo procura responder a questão formulada, ou seja, que caminhos Sete Lagoas vem trilhando em busca da manutenção de sua posição de cidade média? Para Tanto, é elaborada uma análise dos principais agentes da produção do espaço urbano da referida cidade, na atualidade, tendo em vista suas estratégias e suas práticas.

Palavras-chave: cidade média – autonomia – urban space

Abstract

The Autonomy of a Medium City Sete Lagoas (MG)

The current complexity of space production has been requiring more enlightening and specific analysis to be realized, above all, due to the consideration of the social agents of this production, their strategies and their practices. Having as an example the medium city of Sete Lagoas (MG), the present article seeks to answer the question at hand, that is, what has Sete Lagoas chosen as their way to ensure its position as a medium city? For such, an analysis of the main urban space production agents has been elaborated in such city, keeping in mind its strategies and practices.

Key-words: medium city – autonomy – urban space production

* Professora Assistente do Departamento de Geografia/UFMG
Doutoranda em Geografia pela UFRJ.

A PROBLEMÁTICA

O tema proposto para o presente trabalho enquadra-se na problemática da produção contemporânea do espaço. Tomando como modelo empírico a cidade de Sete Lagoas (Minas Gerais), pretende-se tornar inteligível a produção do espaço urbano, na atualidade, desta cidade ao responder a seguinte questão: que caminho(s) Sete Lagoas vem trilhando em busca da manutenção de sua posição de cidade média?

A perspectiva do momento atual é recheada de indeterminações, em função da própria crise e, em consequência, da reestruturação do capitalismo, do seu processo de acumulação. Tal contexto tem reflexos diretos no processo de acumulação (é necessário mantê-lo) e no surgimento de novas relações sócio-espaciais, ou seja, novos agentes sociais, suas práticas e estratégias que interferem na produção do espaço.

O resgate do tema “produção do espaço” é, hoje, questão primordial na Geografia. BECKER (comentários pessoais, 1998) ensina que, até então, tal tema tinha uma característica de ser a-histórico e a-espacial. Então, por que e como resgatá-lo? Certamente, trata-se de uma questão epistemológica na medida em que encontra-se parte da resposta no comportamento das ciências sociais. Estas, particularmente, não têm tido condições de explicar o mundo de acordo com os atuais paradigmas. A chamada crise das ciências sociais, deste final de milênio de um mundo globalizado, encontra suas raízes no fato de terem sido forjadas e centradas pelo e no Estado. Logo, se há uma crise do Estado, esta reflete-se diretamente em crise das ciências sociais. Forma-se um debate: é o fim do Estado? As disciplinas acabaram. A prática acadêmica prova o contrário.

O desenvolvimento da Geografia mostrou-se, predominantemente, até então, a-histórico e até mesmo a-espacial. Uma miríade de conceitos fixos e sem dinamismo e uma preocupação específica, quase obsessiva, com um objeto: o espaço. Esqueceu-se da atuação do sujeito na construção deste espaço. Inexiste uma construção teórica do objeto. Entretanto, os geógrafos participam da construção deste objeto, ou seja, do espaço. É o estudo da produção do espaço de acordo com o sujeito, com o seu ambiente social.

A negação do sujeito implica na supervalorização do objeto mas, este é morto, sem dinamismo. Ele não é construído só no exterior mas, também no interior da relação sujeito-objeto. O sentido do estudo é o movimento (do capital mas, também do conhecimento científico), a potencialidade da transformação social. É neste processo que se constrói o espaço geográfico.

SANTOS (1996: 62-63) também ensina, ao argumentar que a questão da definição de um objeto geográfico é uma questão de método, ou seja, “[...] da

construção de um sistema intelectual que permita, analiticamente, abordar uma realidade, a partir de um ponto de vista”. Este ponto de vista é uma construção e, é nesta direção, que a realidade social é intelectualmente construída.

A necessidade é que haja um entendimento do que seja o objeto da Geografia, não sem antes ajuntar-se a isto a busca de categorias analíticas que deixam entrever o todo como realidade e como processo, como uma situação e como movimento. Há de se elaborar um sistema de conceitos que mostre o todo e suas partes em interação. Daí, SANTOS (1996) advogar em favor da consideração do espaço geográfico “como a soma indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações” (p. 63).

Considerando o visto acima, há que se levar em conta na discussão, a questão da abertura para o indeterminado. As idéias não são mero reflexo das coisas mas, têm papel ativo no movimento e o político está na base do indeterminado, implicando possibilidades para as modificações. Neste instante, um outro elemento entra em cena: o Estado.

LEFEBVRE (1978) lança a interrogação: o que explica a sobrevivência do capitalismo? Para Marx, de crise em crise, o capitalismo dará lugar à revolução. Para o pensador francês, o capitalismo supera as crises e se supera a si mesmo, e, cada vez mais, se fortalece. Os elementos para tal, estariam no Estado (em sua ação) e no espaço. Como?

Na atualidade, percebe-se com clareza, que o modo de produção capitalista encontra-se cada vez mais profundamente nas relações sociais de dominação. O capitalismo se reproduz no cotidiano (família, escola, instituições) com uma nova noção de valor.

O cotidiano é substância social controlada por instituições políticas, logo, pelo Estado. É ele quem decide a respeito da noção de valor para o cotidiano, a sociedade inteira, o espaço inteiro. O controle deixa de ser exclusivamente econômico, dos meios de produção (nas fábricas) para desviar-se também para o controle das relações sociais. A partir de então, o Estado torna-se necessário para assegurar as condições de reprodução das relações de dominação, para tanto instrumentalizando o espaço e produzindo o seu próprio espaço, o espaço estatal. (LEFEBVRE, 1978)

Uma rápida análise da produção do espaço no segundo pós-guerra fornece os subsídios para o correto entendimento da questão. É que, desde aquele momento, o modelo de desenvolvimento adotado caracterizou-se por uma forte internacionalização do padrão de modernidade, via crescimento industrial, amplamente influenciado pelo poder estatal. Em outras palavras, a fim de superar a crise (a 2ª guerra mundial), o capitalismo necessitando manter-se como o modo de produção dominante (pelo menos, no mundo ocidental), passou a apoiar-se na força do

agente estatal, ou seja, o Estado, agente este, tido como regulador e centralizador das relações sócio-espaciais. Com sua estratégia, instrumentalizando o espaço e produzindo seu próprio espaço, o Estado agia em socorro do capitalismo, do seu processo de acumulação, e, ao mesmo tempo, legitimava as suas próprias ações.

Tendo como base primordial o tripé regulamentação da economia/estatização dos meios de produção e centralização do poder político, este modelo vigorou até os anos 70, época na qual inicia-se a crise do Estado e este passa então a ter um novo e diferente papel na construção do espaço geográfico. Para BECKER (1995: 286), uma nova racionalidade está na base da nova geopolítica na virada do milênio. Trata-se da logística que, associada às mudanças engendradas pela revolução científico-tecnológica dão o tom do novo significado do território.

Na verdade, a chamada crise do Estado vem do esgotamento do modelo apoiado pelo tripé regulamentação da economia/estatização dos meios de produção e centralização política, fato este gerador de uma necessidade de reestruturação do papel do Estado como agente da produção do espaço.

Até então, a ordem estruturava-se no tripé acima mencionado mas, a partir dos anos 80, notadamente, reverte-se tal lógica e um novo tripé surge em substituição. Os limites característicos do modelo existente, fortemente articulados com e pelo Estado exigiram ações direcionadas com o intuito de reformulação e superação da crise. A reformulação da regulamentação da economia, a privatização de setores estatais e a descentralização do poder político constituem o tripé, através do qual, a nova conjuntura se caracteriza.

Vale salientar que neste contexto, como o Estado passou a ser considerado como o principal responsável pela exaustão do modelo, uma reforma de suas estruturas de controle é vital, mesmo porque ele não deixou de ser um importante agente da produção do espaço, apenas mudou a sua estratégia, a sua relação com a sociedade e com o espaço.

Para HARVEY (1994: 163), o único ponto geral de acordo, entre os comentadores e teóricos, tendo em vista a transição histórica pela qual passa o mundo (do fordismo à acumulação flexível), é que, alguma coisa mudou significativamente no modo de funcionamento do capitalismo desde, mais ou menos, 1970. O referido autor, na tentativa de interpretar ou teorizar a transição lança mão, dando preferência à interpretação de SWYNGEDOWU (1986), “contraste entre o fordismo e a acumulação flexível” para a questão, por ser esta orientada pela escola da regulamentação. Assim sendo, para HARVEY (1994) “[...] houve uma intensa mudança na aparência superficial do capitalismo a partir de 1973, embora a lógica inerente da acumulação capitalista e de suas tendências de crise permaneça a mesma” (p. 177).

Esta nova conjuntura pressupõe, portanto, um novo modo de regulação, no qual o Estado já não é mais a única representação do político e tampouco a única

escala de poder, embora seja uma delas, apenas de outra forma. (BECKER, 1995: 299) Aliado a isto, o capitalismo permanece, evidentemente, e mais significativo ainda, é o surgimento de outros atores que, juntamente com o Estado em suas mais variadas representações e escalas de poder, passam a agir na complexa produção do espaço geográfico na atualidade.

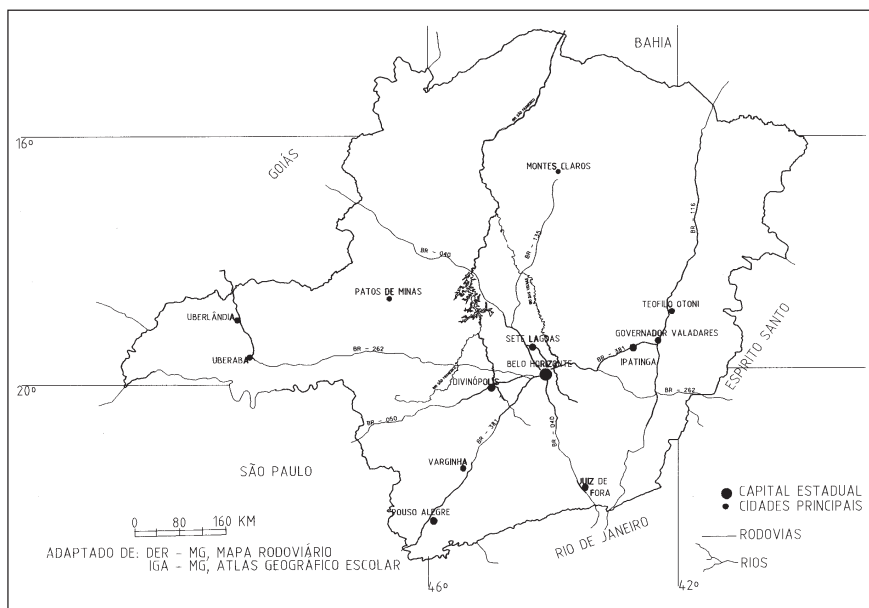
Considerando, pois, o acima exposto, é que pretende-se, mesmo que minimamente, responder à questão formulada no início desta seção, isto é, que caminhos Sete Lagoas vem trilhando em busca da manutenção de sua posição de cidade média? Em outras palavras, a intenção é responder tal questão através da análise dos agentes sociais produtores do espaço urbano setelagoano, notadamente a instância política (o Estado - a prefeitura) e os agentes econômicos, os quais por sua vez, têm apresentado características que levam a crer no estabelecimento de parcerias para garantir o processo. A hipótese aqui apresentada é a de que a (re)afirmação de Sete Lagoas como cidade média garante a sua autonomia e constitui a base para que a cidade permaneça competindo, em todos os setores (sociais, políticos, econômicos) no espaço, seja ele estadual, nacional e até mesmo internacional.

A CIDADE DE SETE LAGOAS

Localização e Caracterização Geral

A cidade de Sete Lagoas, localizada nas proximidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Mapa 1) é, desde há muito tempo, o centro de uma região que, segundo AZEVEDO (1963), caracterizando-se pela predominância dos calcários, determinam uma paisagem física que, por sua vez, influenciou o povoamento e a organização do habitat na referida região.

Trata-se da região dos calcários da Série Bambuí com uma típica vegetação de campos limpos e de cocais conjugadas a uma presença marcante de pastagens artificiais. Tais características, de acordo com a referida autora, constituíram a base sobre a qual ocorreu o desenvolvimento das típicas atividades econômicas da “região de Sete Lagoas”. Uma atividade agrícola, outrora mais importante, e nos anos 60 destinada à população local, especializada em hortigranjeiros destinados ao abastecimento de Belo Horizonte associada à especializada pecuária regional na produção de leite e produtos derivados.

Figura 1 - Sete Lagoas: Posição no Estado de Minas Gerais

Sete Lagoas já se destacou no Estado de Minas Gerais por sua produção de cereais e mandiocas, reflexo direto da importância que a agricultura de sua região obteve no passado. Mais recentemente, a produção agrícola ocupa um lugar menos importante, cedendo lugar, cada vez mais, à atividade industrial, como a principal atividade econômica do município, fato que o coloca, mais uma vez, em destaque regional. Ressalte-se que as significativas modificações sócio-econômicas que marcaram a região a partir dos anos 60, constituem-se em reflexos diretos do expressivo crescimento do setor industrial setelagoano e da conseqüente expansão do setor terciário.

Enquanto a agricultura cedeu lugar às indústrias, a pecuária, notadamente a leiteira, coloca o município em destaque regional sendo que, Sete Lagoas é o centro da segunda maior bacia leiteira de Minas Gerais. Contribui para tal assertiva, certamente, o fato de estar instalada em território setelagoano a Fazenda Experimental Santa Rita - EPAMIG - para gado de leite, a qual, desde os anos 40, promoveu a pecuária na região, através de suas atividades. Em função disto, Sete Lagoas também destaca-se na indústria de laticínios pois, lá já estão a Itambé (desde 1958) com a primeira fábrica de leite em pó, a primeira do ramo em Minas Gerais, além da recentíssima Parmalat.

Saliente-se que a importância de Sete Lagoas no que diz respeito às atividades agrícolas é completada pela presença da EMBRAPA. Trata-se de importante unidade de referência nacional, especializada na pesquisa dos cultivos de sorgo e de milho para regiões de cerrado (CNPMS - Centro Nacional de Pesquisa de Milho e Sorgo). Destaca-se aqui, a produção de sementes de milho híbrido para exportação, sendo que o continente africano é mercado significativo.

Ocupando um lugar de destaque na economia da sua hinterlândia, a atividade industrial setelagoana, surgida em princípios deste século, notadamente ligada ao beneficiamento dos produtos agrícolas, atualmente caracteriza-se por uma significativa tendência à diversidade. Pode-se destacar os setores alimentício, têxtil, siderúrgico e ainda aqueles derivados do beneficiamento e transformação do calcário.

Uma observação na história do desenvolvimento de Sete Lagoas permite constatar que a cidade passa, neste atual momento, por seu terceiro estágio. O primeiro, que remonta há 90 anos, deu-se quando da implantação dos trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) - posteriormente, Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) e, hoje, Ferrovia Centro Atlântica. Na época, empregos foram gerados, a cidade conheceu sua primeira e expressiva expansão urbana e o padrão de vida da população melhorou.

O segundo estágio, iniciou-se nos anos 60 e representou uma fase de mais duradouro desenvolvimento para a cidade. É que, nesta época, surgiram as indústrias siderúrgicas, as quais, constituem até hoje, a base do setor produtivo municipal, respondendo por 40% da economia local (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 13 nov. 1997).

A este respeito é importante destacar o que este estágio representou à época, tanto em Minas Gerais, como em Sete Lagoas, notadamente. É que, desde os anos 40 e 50, fazendo parte da estratégia do governo estadual, deu-se o crescimento da indústria de ferro-gusa em direção oeste do território mineiro. Sabe-se que, desde há muito tempo, a siderurgia é a grande vocação da região central de Minas Gerais. Segundo GUIMARÃES (1962: 68 ss) os fatores de expansão das usinas de gusa podem ser encontrados no próprio processo de desenvolvimento do país, o qual, nos anos 50, passou a vivenciar uma industrialização, na qual se destacaram a indústria automobilística e a de construção civil (construção de Brasília e de estradas nacionais e regionais, além de muitas barragens de concreto) que demandaram quantidades de aço e de ferro em escalas cada vez maiores e para os mais variados fins. Diante deste mercado em expansão, as usinas de gusa existentes eram insuficientes, fato que explica, portanto, a expansão para o oeste. Os centros de Divinópolis e Itaúna destacaram-se como os que sediaram a maior parte das novas usinas.

Não obstante Sete Lagoas não estar localizada propriamente na referida região, GUIMARÃES (1962: 102) aponta para a cidade o fator que explica a instalação da indústria do gusa. Trata-se da prática da “utilização do retorno”, prática,

esta, aliás explicativa de localizações aparentemente estranhas. O referido autor esclarece:

“As duas usinas aí localizadas (‘Sete Lagoas’ e ‘Noroeste’) recebem o carvão das imediações e através da BR-3 (Felixlândia - Região de Três Marias) ou da MG-1 (Curvelo - Corinto) e importam o minério da região de Belo Horizonte (minerações junto à BR-3). Essas minerações da BR situam-se nas proximidades de várias usinas que consomem carvão procedente, em parte, das áreas de Felixlândia e Curvelo. Dessa forma, se estabelece o transporte contínuo de minério para o norte e de carvão para o sul. O frete de retorno é mais barato por interessar ao mesmo tempo às duas partes: consumidores e transportadores.”

O apogeu do ferro-gusa em Sete Lagoas deu-se nos anos 80, época na qual deu-se a duplicação da produção local. Tanto é que, a SEPLAN-MG (1995) aponta para Sete Lagoas a posição de maior centro guseiro do país. Importa frisar que durante este período Sete Lagoas conhece, como já salientado, seu maior desenvolvimento sócio-econômico, transformando-se num pólo microrregional, cuja importância lhe dá o status de cidade média. A cidade comanda um espaço regional, estabelecendo uma vida de relações próprias, cuja autonomia é garantida, além disto, também pela presença de certos indicadores sócio-econômicos, não obstante a sua proximidade com a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Segundo a Prefeitura Municipal, Sete Lagoas, na atualidade, consegue abastecer 95% das suas residências urbanas e rurais com energia elétrica e 99% com água encanada e esgoto. A relação leitos hospitalares/mil habitantes é de 3,0, enquanto os terminais telefônicos e a frota de veículos/mil habitantes são de 161 e 195, respectivamente. Há três hospitais, uma policlínica municipal, um pronto-socorro municipal, nove centros de saúde e três unidades de pronto-atendimento 12 horas. Além disso, 11 instituições financeiras e a faculdade que oferece cursos de Direito, Ciências, Estudos Sociais, Letras e Pedagogia, afora as 131 escolas de ensino básico, médio e técnico profissionalizante, são alguns dos indicadores do nível de qualidade de vida e da capacidade que a cidade tem de atrair as populações de sua hinterlândia. Em outras palavras, Sete Lagoas, desde os anos 60 e mais propriamente os anos 70, vem afirmando-se como uma cidade média de expressiva representatividade na rede urbana de Minas Gerais.

De acordo com o Censo de 1991, o município de Sete Lagoas possui uma população total de 143.950 habitantes, sendo 97,3% (140.060 habitantes) na área urbana e na Vila de Silva Xavier e apenas 2,7% (3.890 habitantes) na área rural. Nas últimas três décadas, a cidade sofreu uma significativa expansão demográfica, notadamente com respeito ao crescimento urbano, cujo crescimento relativo no período 1960/1991 foi ainda maior que o próprio crescimento da população total. No que respeita à população rural, observa-se uma variação negativa no geral, não

obstante, a variação positiva registrada de 1960 para 1970 e daí para 1980. Entretanto, é inequívoco o fenômeno da diminuição da população rural, fenômeno este, aliás, característico no Brasil, como um todo, e, em Minas Gerais, particularmente, no período considerado. (NOGUEIRA, 1994) A tabela a seguir resume tais aspectos.

**Tabela 1 - Evolução da População de Sete Lagoas
1960-1991 (Absoluta e Relativa)**

Anos/ População					Crescimento		Relativo	
	1960	1970	1980	1991	60-70	70-80	80-91	60-91
Total	41.656	66.585	100.628	143.950	58,2	51,1	43,1	245,6
Urbana	36.482	61.142	4.604	140.060	67,6	54,7	48,0	283,9
Rural	5.174	5.543	6.024	3.890	7,1	8,7	-35,4	-24,8

FONTE: SEPLAN-MG - Anuário Estatístico de Minas Gerais - 1987.
FIBGE - Censo Demográfico de Minas - 1991.

Malgrado o declínio da indústria do ferro-gusa no início dos anos 90, em função da conjuntura internacional (demanda cíclica e a entrada de novos fornecedores no mercado como a Rússia e a China), e de fatores internos como o preço do frete do minério de ferro e do carvão e a descapitalização dos empresários locais (hoje o setor opera com 40% de sua capacidade), Sete Lagoas entra em seu terceiro estágio de desenvolvimento econômico. Trata-se da diversificação industrial mas, com fortes tendências para a concentração nos setores automotivo e de autopeças.

Como há décadas, Sete Lagoas mais uma vez está sendo beneficiada pela política estratégica do Estado e, assim, pode ampliar suas vantagens competitivas. É que, com a duplicação da rodovia BR-040, no trecho entre Belo Horizonte e o trevo de Cordisburgo (limite norte do município)¹, com infra-estrutura instalada e adequada, uma localização estratégica e, finalmente, um parque siderúrgico consolidado, Sete Lagoas parte para a diversificação industrial e, com isto, novamente consolida mais ainda sua posição de cidade média. Importa salientar que, além do setor secundário, também o primário, através da pecuária leiteira e o segmento de laticínios, constituem expressivos itens da economia setelagoana na atualidade.

¹A duplicação da rodovia BR-040, embora seja financiada pelo governo federal, é acolhida como obra do último governo estadual, cujo ocupante do cargo de governador possui raízes em Sete Lagoas. Portanto, parece não ser coincidência que a duplicação somente esteja sendo feita neste trecho. Por outro lado, também fez parte da estratégia do Estado nos últimos quatro anos, levar para as cidades médias mineiras, como Poços de Caldas, Itajubá e outras, investimentos industriais os mais variados. A estratégia, foi, e nisto o governo teve sucesso, carrear para o Estado investimentos internacionais para garantir um *boom* industrial. A propósito, é curioso verificar que, na última campanha eleitoral para o governo estadual, o governador candidato à reeleição apresentou como um dos seus carros-chefes a atração de tais novos investimentos.

Considerando o exposto é que torna-se importante averiguar e analisar as motivações, as estratégias e as práticas dos agentes sociais, para que seja possível entender a produção contemporânea do espaço urbano em Sete Lagoas. Disto constará a próxima seção.

A PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA DO ESPAÇO URBANO EM SETE LAGOAS - agentes, estratégias e práticas

Como salientado anteriormente, na atual conjuntura, além do Estado (de outra forma e com outras funções) novos agentes sociais tornam-se os responsáveis pela produção do espaço geográfico. A cidade de Sete Lagoas constitui um exemplo empírico bastante interessante para análise, pois apresenta um processo no qual pode-se destacar que o comando de tal processo tem sido exercido, na atualidade, pelos agentes econômicos, notadamente, o segmento industrial e pelo Estado, representado pela prefeitura municipal. Mais ainda que, o Estado, via prefeitura municipal, e os agentes econômicos estabelecem, constantemente, parcerias, com objetivo de satisfazer interesses de ambas as partes. Estratégias são fixadas e seguidas, impondo práticas que justificam a atuação destes dois agentes principais da produção do espaço urbano em Sete Lagoas. A apresentação destes agentes e a análise de suas estratégias e práticas constituem o escopo desta seção.

O Papel dos Agentes Econômicos

No processo de desenvolvimento de Sete Lagoas, até atualmente, o papel dos agentes econômicos, via de regra, sempre foi o mais destacado. Em virtude disto, como já visto, a cidade alcançou a posição de cidade média, cuja base econômica firmou-se através da indústria siderúrgica, via segmento da produção de gusa. Não se pode deixar de salientar o papel exercido pela pecuária leiteira, a qual através da indústria de laticínios também contribuiu para a afirmação desta posição de Sete Lagoas. Entretanto, outros agentes econômicos vêm se firmando no processo, tais como os segmentos de autopeças e automotivo, e o têxtil, significando a diversificação, pela qual a cidade vem passando.

Na atualidade, estes antigos segmentos permanecem atuando, embora o siderúrgico enfrente problemas bastante sérios tanto no plano interno como no externo, ou seja, a sua liderança característica está ameaçada na atualidade. Com um faturamento mensal de US\$ 35 milhões, o setor siderúrgico lidera a economia de Sete Lagoas. Hoje, o setor opera com 40% de sua capacidade (apenas 140 mil t/mês ao

invés da capacidade de 300.000 t/mês). Problemas relacionados à crise da demanda do ferro-gusa no início dos anos 90, e, conseqüentemente na formação do preço, além de uma legislação de 1990 que determina que 80% do consumo de carvão vegetal utilizado teriam que ser, obrigatoriamente, oriundos de florestas plantadas, impuseram aos já descapitalizados guseiros setelagoanos a tarefa de alocar recursos para o plantio de florestas. (Dados fornecidos em entrevista pessoal concedida à autora por técnicos da Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, em 1º de outubro de 1998)

Além dos problemas conjunturais, o pólo siderúrgico de Sete Lagoas é considerado obsoleto, implicando na necessidade de novos investimentos em sua modernização. Deste modo, a produção é destinada a São Paulo, de onde retorna como peças fundidas para a FIAT (Betim). Trata-se de um setor de capital totalmente doméstico e local e que, não obstante a crise pela qual atualmente passa, ao congregar 21 empresas responsáveis por oito mil empregos diretos, ainda gera, indiretamente, 20 mil empregos, nas atividades de reflorestamento, produção de carvão vegetal e transporte. (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 13 nov. 1997)

Diferentemente do segmento siderúrgico, a pecuária em Sete Lagoas está em franca expansão. A força da pecuária leiteira, traduzida pela elite política local como o setor do “agribusiness”, está na ampliação da fábrica da Itambé no ano de 1998. Com investimentos da ordem de R\$ 46 milhões e previsão de 453 novos empregos, a CCPR (Cooperativa Central dos Produtores Rurais - Itambé) está a partir deste ano, elevando sua produção de leite em pó das atuais 550 mil latas/dias para 1,4 milhão latas/dia, além de incluir em seu mix, a produção de leite condensado com 200 mil latas/dia e de doce de leite.

De capital e estratégias puramente locais, a COOPERSETE (Cooperativa Regional dos Produtores Rurais de Sete Lagoas) mantém uma unidade fabril de laticínios (marca SETE) e, juntamente com a Itambé, responde pelo 3º lugar no recolhimento global de ICMS no município. A COOPERSETE possui uma agência de financiamento para os produtores rurais do município, fato que significa o poder da elite produtora rural local, no sentido de, também através desta via, garantir a autonomia da cidade e sua posição de comando da 2ª maior bacia leiteira de Minas Gerais.

O segmento da indústria têxtil é, certamente, um dos mais antigos da cidade de Sete Lagoas e também da sua região. Instalada em 1948, bem no centro urbano de Sete Lagoas, a Fábrica de Santo Antônio da Companhia Fiação de Tecidos Cedro Cachoeira, atualmente, emprega 890 operários, mas, já foi a maior fábrica, nos anos 50, da região. Isto, porque tal região já foi também importante produtora de algodão. Com a decadência do cultivo do algodão e a entrada de produtos chineses, essencialmente mais baratos, no mercado, a “Cedro Cachoeira” sofreu sérios reveses

inclusive com o fechamento de duas fábricas menores na região: a de São Vicente em Baldim e a de Paraopeba. Entretanto, num ambiente globalizado e altamente competitivo, o que hoje se observa, é o marcante processo de modernização pelo qual vem passando a empresa. Nos últimos dois anos, segundo depoimento de seu presidente (EXAME, 03 dez. 1997), a empresa é “supermoderna em fiação e tecelagem”. Já foram investidos US\$ 40 milhões no sentido de torná-la mais competitiva no item acabamento de tecidos. Por outro lado, de acordo com o mesmo empresário, resta fazer com que os agricultores voltem a plantar o algodão e para tanto, numa parceria com a EMATER/MG o plantio vem sendo reincentivado. A EMATER oferece a tecnologia e a “Cedro Cachoeira” fornecerá a semente e a garantia da compra da colheita. (EXAME, 03 dez. 1997)

O sólido e próspero tripé formado pelo setor de ferro-gusa (siderúrgico, não obstante a crise), pelo setor agroindustrial e pelo setor da indústria têxtil é responsável por uma grande parcela da arrecadação da cidade de Sete Lagoas. Eles têm a seu favor, entre outros fatores, a antigüidade no lugar e a certeza de que, embora possam passar por crises até muito graves, conseguem manter-se de pé e, muito acertadamente, se modernizam e expandem suas atividades. Isto tudo constitui um reflexo direto da posição ocupada por Sete Lagoas, ao mesmo tempo em que são também, os responsáveis pela produção do espaço na cidade e no campo (município e região).

Dois outros setores merecem destaque na presente análise porque têm apresentado performances distintas dos três precedentes e entre si. Em primeiro lugar, deve-se salientar o que vem acontecendo com o segmento do comércio (varejista), o qual, como em qualquer outra cidade com igual porte ao de Sete Lagoas, sempre é caracteristicamente marcante na produção do espaço urbano. Segundo a prefeitura municipal, embora seja um setor que gere muitos empregos, e há, aproximadamente, sete anos este emprego permaneça o mesmo, o comércio (de capital local) tem cedido espaço para as lojas e as grandes redes vindas de fora, ou mais propriamente, de Belo Horizonte. Os comerciantes locais, já descapitalizados e impotentes frente à competição promovida pelos “gigantes” fecham cada vez mais, as suas portas dando lugar à entrada do capital “estrangeiro”. Exemplo dito é a chegada à cidade, nos últimos anos, de lojas como a “Elmo Calçados”, a “Arapuã” e a Brasimac (eletrodomésticos e móveis), a rede de supermercados Mineirão, o Objeto Eletro, Casa do Rádio, Bretas Supermercados, etc. Pode-se aqui apontar que é nos itens de “secos e molhados” (armazéns, mercearias, alimentício em geral) e no de eletrodomésticos, que a entrada de capital “externo” é a mais significativa.

O segundo setor que merece destaque é o turismo. Diferentemente do comércio trata-se de um setor muitíssimo pouco explorado face às atrações que a cidade possui e, acima de tudo, o que representa esta atividade para uma cidade média. A este respeito, argumenta AMORIM FILHO (1996: 9) as cidades médias,

nos anos 90, voltam a ter importância, entre outros fatores, pelo seu papel primordial nas políticas de turismo e de recreio.² Considerando, pois, tal fato e além disto, o grande potencial de Sete Lagoas para a atividade turística (as 17 lagoas, na verdade, dolinas calcárias, a Serra de Santa Helena, a Gruta Rei do Mato, e algum patrimônio histórico, arquitetônico e artístico), questiona-se a ausência de iniciativas para o setor, as quais poderiam, ou melhor, deveriam, de acordo com o depoimento de um técnico da prefeitura municipal (1º out. 1998), vir da parceria Estado e iniciativa privada.

Além dos setores econômicos tradicionais acima abordados como agentes da produção do espaço urbano de Sete Lagoas, é de vital importância destacar outros agentes e suas práticas, os quais, na atualidade, podem ser responsabilizados por expressivas mudanças daquela produção do espaço. De fato, norteando um processo que visa o desenvolvimento econômico, a diversificação industrial é a principal característica do processo em Sete Lagoas. É neste sentido que se pode verificar a implantação de diversas indústrias na cidade, as quais demonstram os vários esforços envidados pelo capital e pela prefeitura, com significativos reflexos na paisagem urbana de Sete Lagoas.

Portanto, seguindo a estratégia da diversificação industrial, já se encontram instaladas em Sete Lagoas empresas do porte da Bombril, com uma linha de produção de mais de 30 produtos, cujo carro-chefe é a lã de aço; o Centro Ótico - Comércio e Indústria na produção de óculos, armações e lentes de contato; a ASK especializada na produção de aparelhos áudio-acústicos para automóveis; a Parmalat, indústria de laticínios; a Sada Forjas; a SIVEF Componentes Automotivos; a USIMETAL, especializada na produção de pequenas peças como parafusos; a Turim, na produção de chicotes elétricos.

É importante ressaltar que a instalação destas indústrias em Sete Lagoas obedece a uma lógica que condiz com a posição da cidade face à malha rodoviária (BR-040 duplicada até Belo Horizonte e MG-424), à proximidade de aeroportos (internacional de Confins, distando apenas 33,6 km, e Pampulha em Belo Horizonte), à proximidade do mercado consumidor mais importante que é a capital mineira e ao fácil acesso à FIAT em Betim (boa parte das novas indústrias são suas subfornecedoras). Além destes, indicam-se a possibilidade de encontrar mão-de-obra qualificada, em função da existência da Escola Técnica (FUMEP - Fundação Municipal de Ensino Profissionalizante - 2º grau), os bons índices de qualidade de vida da população e os baixos índices de sindicalização do operariado local.

² Segundo notícia veiculada pelo Diário do Comércio (13 nov. 1997), Sete Lagoas foi considerada, em outubro daquele ano, pela EMBRATUR, como uma das seis cidades modelos do Brasil na implantação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo.

Na verdade, trata-se de um elenco de motivações as mais importantes e dos quais os agentes econômicos da produção do espaço urbano setelagoano se servem para poder colocar em prática as suas próprias estratégias. Neste sentido é que Sete Lagoas torna-se um campo fértil para novos investimentos, com empresários dos setores de autopeças e do agribusiness em constante avaliação das oportunidades de investimentos na cidade.

Um aspecto extremamente importante a ser ressaltado trata da origem das empresas que compõem o atual quadro de diversificação industrial na cidade. De fato, com pouquíssimas exceções, o capital que está sendo investido é de origem não local. A Bombril é paulista (São Bernardo do Campo), a ASK, a Parmalat, a SIVEF, a Sada Forjas e a USIMETAL são de capital italiano, e somente a Turim e o Centro Ótico são de capital local. Aponta-se a predominância do capital italiano, fato que pode indicar além do aspecto “positivo” da industrialização da cidade, um outro que, certamente, não é dos mais desejados pela comunidade local.

É que, neste processo impulsionado pela implantação de novos empreendimentos, há um grande temor de a economia local ser, a médio prazo, tragada pela concorrência, em virtude de questões ligadas à ineficiência dos processos produtivos e à descapitalização dos empresários locais. Evidentemente, ao considerar a concorrência exercida pela atuação das grandes empresas de capital predominantemente não local, os pequenos empresários, cujas atividades em boa medida são o suporte econômico da cidade, não conseguirão sobreviver e, para tanto, a principal reivindicação é a abertura de linhas de financiamento nos moldes das concedidas às empresas que estão chegando. (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 13 nov. 1997)

O Papel do Estado (Prefeitura)

O papel exercido pelo Estado, representado pela Prefeitura Municipal de Sete Lagoas na atual produção do espaço urbano da cidade é, certamente, um dos aspectos mais interessantes de todo o processo.

A instância política, longe de se retirar do processo, está mais presente do que nunca e sua atuação, como já frisado, tem se dado de outras formas e com outras funções. No caso presente, é através das parcerias levadas a efeito com o capital que se pode verificar o seu papel.

A principal estratégia seguida pela prefeitura foi a criação, em maio de 1996, da Agência de Desenvolvimento de Sete Lagoas (ADSL) a partir de um convênio entre a prefeitura, a Associação Comercial, a Câmara de Dirigentes Lojistas e a Associação de Pequenas e Micro Empresas. Tendo sob sua responsabilidade o gerenciamento da política econômica do município, a ADSL funciona como uma

ponte entre o governo local, o governo estadual e o empresariado (o capital). A prática está baseada na captação de investimentos, no apoio logístico na implantação de novos negócios e na definição das diretrizes norteadoras do crescimento econômico municipal.

Como órgão de fomento, disponibiliza linhas de crédito ao empresariado, além de atuar como facilitadora junto a entidades estaduais afins, tais como: INDI, BDMG, CDI, CETEC, EMATER, EPAMIG, IEF, FEAM, etc. Administrando as linhas de crédito disponíveis no município, no ano de 1997, foram repassados cerca de R\$ 800 mil, recursos oriundos do BDMG e do SEBRAE-Minas. Também, desde o mesmo ano de 1997, entrou em operação uma outra linha de crédito oriunda do Programa de Geração de Empregos e Renda (PROGER), com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), o qual repassou um total de cerca de R\$ 500 mil em 1998. Boa parte destes recursos foi destinada ao oferecimento de cursos básicos de qualificação de microempresários durante o ano de 1998 (foram atendidos cerca de 50 microempresários). (ADSL, jul. 1998)

A Agência é também coordenadora do FUNSETE (Fundo de Desenvolvimento Econômico de Sete Lagoas) e de um Balcão de Empregos. O FUNSETE tem por objetivo financiar micro e pequenas empresas industriais em expansão ou em implantação de mão-de-obra, através de convênio com as unidades de ensino profissionalizante do SESI, SENAI, SENAC, SESC e SEBRAE, assim como com a Fundação Municipal de Ensino Profissionalizante (FUMEP).

As atividades da ADSL são subordinadas ao Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sete Lagoas (CODECON); de caráter deliberativo, tal Conselho tem como objetivo assessorar e deliberar sobre as diretrizes e prioridades para o desenvolvimento do município. Integram o Conselho, representantes do poder público, dos empregados (sindicatos) e dos empregadores (ACI, CDL e APEME). Segundo informações passadas por entrevista em 1º de outubro de 1998,

“o Conselho, assim possibilita à sociedade a oportunidade de participar na definição dos rumos do futuro do município, através de instrumento aglutinador de forças e detentor de informações estratégicas que é a Agência de Desenvolvimento.”

Certamente o maior destaque da atuação da prefeitura de Sete Lagoas como agente social da produção do espaço urbano da cidade diz respeito à implementação da IVECO (Industrial Vehicles Corporation), unidade fabril pertencente ao Grupo FIAT, para a produção da van Ducato e do caminhão leve DAILY. Para a ADSL, “o ano de 1997 ficará na história como um marco de desenvolvimento de Sete Lagoas”. Em clima de comemoração, toda a administração municipal e também a comunidade em geral, desde os empresários até as pessoas comuns, brindam a chegada deste novo investimento, transformando-o e tudo o que ele pode significar, na “menina dos olhos” da cidade.

Na verdade, a significação deste novo empreendimento na cidade diz respeito diretamente ao espaço que ele está produzindo o qual por sua vez, evidentemente, indica a grande parceria formada pela prefeitura (Estado) e o capital (grupo FIAT) mas, também indica a atuação de um outro escalão governamental, no caso, o estadual. É que, como já salientado, uma das estratégias do governo do Estado de Minas Gerais, tem sido a atração de investimentos industriais, na maioria de capital transnacional, para as diversas cidades médias mineiras. A IVECO “escolheu” Sete Lagoas, em função de pelo menos quatro motivações: a posição da cidade no que tange à malha rodoviária, a grande proximidade de Belo Horizonte e de Betim (onde está a FIAT Automóveis), os bons índices de qualidade de vida oferecidos e, finalmente, a presença de mão-de-obra qualificada em função do oferecimento de inúmeros cursos técnicos em nível médio pela FUMEP.

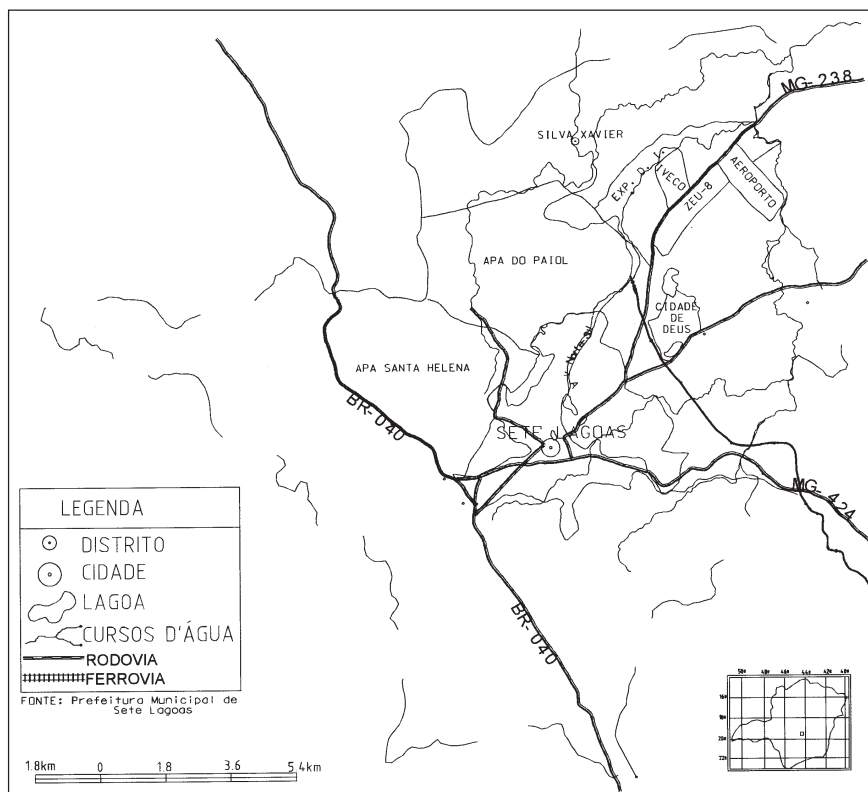
Para a ADSL, no rastro deste empreendimento, Sete Lagoas passou a ser sondada por empresários dos mais diferentes setores e, assegura a agência, com certeza, a cidade irá transformar-se num pólo de autopeças. Para tanto, de acordo com a ADSL, pelo menos quatro fornecedores do Grupo FIAT vão acompanhar a IVECO (nos itens de transporte de veículos, produção de bancos especiais e produção de suspensão). Além do mais, existe já um projeto da IVECO de expandir a sua linha de produção no sentido de fabricar não somente o chassi dos veículos van e caminhão. O projeto é abrir uma parceria com as montadoras de carrocerias (Volvo, Mercedes Benz, etc.). Deste modo, de Sete Lagoas já sairiam completamente montados os caminhões e os ônibus.

Os impactos da parceria prefeitura/capital na produção do espaço urbano setelagoano já podem ser sentidos. O mapa 2, a seguir, tenta representar tais impactos. De início, no que tange ao emprego, a prefeitura comemora os R\$ 240 milhões investidos e os 1000 empregos diretos que a IVECO vai gerar, além dos 4500 indiretos, e da movimentação de todo o setor de autopeças e comércio em geral (ADSL, jul. 1998).

Visando o “ordenamento” da área em torno da unidade da IVECO (porção norte do município), a ADSL contratou uma consultoria para elaborar um Plano Diretor de tal área. A prefeitura oferece como subsídio o terreno, a infra-estrutura de água, esgoto, energia elétrica e telefonia. Decretos municipais de 1996 e 1997 tornaram de utilidade pública toda a área e uma lei municipal de 1997 criou as APA's da Serra de Santa Helena e do Ribeirão do Paiol, sendo esta última, necessária para a captação de água para o abastecimento da IVECO e da expansão do distrito industrial.

Portanto, a observação do mapa 2 fornece alguns subsídios para o entendimento do processo. Estando na fase de infra-estrutura instalada e terraplenagem concluída, e localizada na margem esquerda da MG-238 ao norte do município, à

**Figura 2 - Produção Contemporânea do Espaço Urbano
Sete Lagoas/MG.**



unidade da IVECO foram destinados 2,35 milhões de metros quadrados. Da mesma forma à área de expansão do Distrito Industrial foram destinados 11 milhões de metros quadrados e do outro lado da rodovia, em sua margem direita, estrategicamente localizados, há uma área destinada ao novo aeroporto municipal e uma área de 7 milhões de metros quadrados, denominada ZEU-8 (Zona de Expansão Urbana). Segundo a ADSL, esta ZEU-8, pela proposta da prefeitura, deverá abrigar atividades de apoio e serviços, tais como: transportes, postos de gasolina, hotéis, restaurantes, etc. enquanto que, pela proposta da empresa de consultoria que está fazendo o plano diretor da área, além daquelas, haveria também, a implantação de pequenas indústrias e função residencial.

A atuação da Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, na atual administração, vai além da parceria com o capital. Este agente, ao lançar a “Cidade de Deus”, um

projeto de moradia popular, vem demonstrando que também como empreendedor e promotor imobiliário, sua ação se faz na produção do espaço urbano de Sete Lagoas. De acordo com informações colhidas junto a técnicos da prefeitura, mais do que a IVECO e todo o seu significado, a Cidade de Deus é a verdadeira “menina dos olhos” do atual prefeito de Sete Lagoas.

Este projeto de moradia popular está implantado na margem esquerda da rodovia que vai até Funilândia (mapa 2) e, atualmente, encontra-se na fase de construção das primeiras casas. A ele foram destinados 2,8 milhões de metros quadrados, com 25% de área verde. O programa habitacional constitui-se na emissão, a partir de janeiro de 1997, de bônus habitacionais, equivalentes a 50% do IPTU ou ISS, acolhidos por pessoas físicas e jurídicas, que deverão doá-los aos seus empregados ou conhecidos.

Cabe à prefeitura a dotação de infra-estrutura urbana (água, luz, estradas, esgoto, etc.). As casas - projeto padrão (na realidade são 16 tipos de casas com área de 35 m²), com lote de 180 m² serão construídas em regime de mutirão. O preço de cada unidade está estimado em R\$ 3,5 mil e, caso o beneficiado não disponha do bônus no valor total, o poder público ainda financiará a diferença. Os pré-requisitos para o trabalhador garantir a sua casa própria são: residir no município há mais de quatro anos e ter renda familiar inferior a cinco salários mínimos.

Pelo menos três observações devem ser feitas a respeito deste projeto “Cidade de Deus”. A primeira diz respeito ao seu evidente caráter paternalista e populista; a segunda e a terceira são interligadas. Na verdade, tudo indica que, em função mais uma vez da presença da IVECO, pode-se perceber, embora possa parecer velada, a estratégia da prefeitura em implantar uma política seletiva de mão-de-obra: o requerente deve morar há, pelo menos, quatro anos na cidade. Ora, a própria prefeitura anuncia (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 13 nov. 1997), a recondução de imigrantes, oriundos do norte do Estado, como modo de impedir a formação de favelas na cidade (cerca de 3000 em 1997). Tais imigrantes não estariam aptos, preparados para ficar na cidade, uma vez que não são qualificados, e à IVECO e às outras indústrias não interessa empregar mão-de-obra desqualificada e despreparada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se no presente trabalho evidenciar a atual produção do espaço urbano de Sete Lagoas, através da análise de seus agentes, estratégias e práticas. O ponto de partida foi a questão central então formulada.

Sete Lagoas é uma típica cidade média que, inserida na rede urbana de Minas Gerais, vem trilhando caminhos em busca da manutenção desta posição. Para tanto,

o que se observa é a atuação marcante dos agentes econômicos e da instância política municipal (a prefeitura) no sentido de produzir um espaço urbano que garanta esta manutenção. Tal fato está claro nas estratégias seguidas por estes dois agentes, notadamente no que diz respeito às parcerias formadas. Constitui exemplo bastante interessante todo o espaço que está sendo produzido ao norte da cidade em função da implantação da IVECO e, de resto, os impactos daí resultantes.

Importa ressaltar que a manutenção da posição de cidade média de Sete Lagoas é uma estratégia adotada não só pelo governo municipal, mas também pelo governo estadual. De fato, ficou claro que a instância política está muito presente na produção contemporânea do espaço. No presente trabalho, verificou-se a atuação do escalão estadual em dois momentos principais, ou seja, para viabilizar todo o processo, a atração de novos investimentos industriais e a duplicação da BR-040, traduzem-se em estratégias fundamentais. Quanto ao escalão municipal, a criação da Agência de Desenvolvimento constitui a própria estratégia adotada e que, muito eficientemente, através de suas diversas parcerias, tem demonstrado que funciona.

A (re)afirmação de Sete Lagoas como cidade média, por fim, nada mais é do que a própria garantia de sua autonomia, não obstante, a sua proximidade da região metropolitana de Belo Horizonte e tudo o que isto pode significar em termos da perda dessa autonomia. Por outro lado, tal autonomia constitui a base para que a cidade permaneça competindo, principalmente no espaço estadual, nacional e, até mesmo internacional. A competição, na atualidade, não é um aspecto que diz respeito apenas a ambientes sócio-políticos e econômicos mas, também diz respeito ao espaço. Como demonstra HARVEY (1994), a queda de barreiras espaciais não redundou em decréscimo da significância do espaço para o capitalismo, pois certas diferenças na qualidade dos lugares, da infra-estrutura ao ambiente social passam a ser mais valorizados entre os potenciais investidores, ocasionando uma forte competição entre aqueles que disputam investimentos e buscam atraí-los para os seus respectivos espaços. Por isto, estudar e analisar este aspecto, tomando como exemplo empírico a produção do espaço na atualidade como o presente trabalho tentou fazer, é tema fascinante e obrigatório para os geógrafos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM FILHO, Oswaldo B. Las ciudades medias en la planificación de Minas Gerais - Brasil. *Seminario Internacional Ciudades Intermedias de America*. La Serena. Chile, Julio, 1996.
- ADSL - Agência de Desenvolvimento de Sete Lagoas, jul. 1998. (Mimeo.).

- AZEVEDO, Guiomar G. *A região de Sete Lagoas* (Estudo geográfico). Belo Horizonte: IGC, 1963. (Tese, Livre Docência)
- BECKER, Bertha K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, Iná E. et al. (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 353 p.
- DIÁRIO DO COMÉRCIO, Especial “*Desenvolvimento - o negócio de Minas*”, 13 nov. 1997.
- FIBGE. *Censo Demográfico de Minas*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1991.
- GUIMARÃES, Alisson P. *A siderurgia em Minas Gerais: estudo geográfico*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, 1962. 207 p. (Tese, Concurso para Cátedra de Geografia Humana)
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 1994. 349 p.
- LEFEBVRE, Henri. *De l'État. Le mode de production étatique*. Paris: Union Générale d'Éditions, 1978. Tome III.
- NOGUEIRA, Marly. *Interação espacial e metropolização - um estudo de caso via modelo potencial: o Vale do Aço (MG) - 1980/1991*. Rio Claro: UNESP/IGCE, 1994. (Dissertação, Mestrado)
- REVISTA EXAME, Especial “*Melhores cidades*”, 03 dez. 1997.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.
- SEPLAN-MG. *Anuário estatístico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: [s.ed.], 1987. 889 p.
- SEPLAN-MG. *Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI*. Belo Horizonte: [s.ed.], 1995. 110 p.